

GEOGRAFIA E PODER: A BUSCA POR UMA INTERFACE METODOLÓGICA

José Leandro Fernandes dos Santos Correia¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de poder na perspectiva geográfica, pensando sobre as possibilidades metodológicas e multidimensionais da temática. Articulamos as nossas argumentações a partir dos estudos de Foucault (2009; 2007; 2004; 1987; 1973) e Raffestin (1993), o primeiro propondo uma análise do poder nas ações das diversas instituições, e o segundo, pensando sobre as estratégias dos atores e seus fins políticos. Elaboramos uma pesquisa bibliográfica e organizamos tabelas e esquemas que ilustram e ampliam as discussões realizadas. No mundo, marcado pela proeminência de fluxos financeiros e mercadológicos, redes informacionais e organizações transnacionais, foi possível construir caminhos de análise que buscam responder a questões elementares dos objetivos geográficos.

Palavras-chave: Poder; problemática relacional; multidimensionalidade.

Geography and power: The search for a methodological interface

Abstract: This paper aims to discuss the concept of power in a geographical perspective, thinking about the methodological and multidimensional possibilities of the theme. We articulate our arguments based on the studies of Foucault (2009; 2007; 2004; 1987; 1973) and Raffestin (1993), the first proposing an analysis of power in the actions of the various institutions, and the second, thinking about the strategies of the actors and its political ends. We prepared a bibliographic search and organized tables and diagrams that illustrate and expand the discussions held. In the world, marked by the prominence of financial and market flows, information networks and transnational organizations, it was possible to construct paths of analysis that seek to answer elementary questions of geographic objectives.

Keywords: Power; relational issues; multidimensionality.

Geografía y poder: La búsqueda de una interfaz metodológica

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el concepto de poder en una perspectiva geográfica, pensando en las posibilidades metodológicas y multidimensionales del tema. Articulamos nuestros argumentos a partir de los estudios de Foucault (2009; 2007; 2004; 1987; 1973) y Raffestin (1993), el primero proponiendo un análisis del poder en las acciones de las diversas instituciones, y el segundo, pensando en las estrategias de los actores y sus fines políticos. Elaboramos una búsqueda bibliográfica y organizamos tablas y diagramas que ilustran y amplían las discusiones mantenidas. En el mundo, marcado por el protagonismo de los flujos financieros y de mercado, las redes de información y las organizaciones transnacionales, fue posible construir caminos de análisis que busquen dar respuesta a preguntas elementales de objetivos geográficos.

Palabras clave: Poder; cuestiones relacionales; multidimensionalidad.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - UFRN.

Introdução

Força, vigor, violência, autoridade, dominação, consolidação, são palavras que indicam atitudes dos homens e, de alguma forma, representam relações de poder. Essas formas de agir nos diferentes momentos da história, revelam componentes essenciais à compreensão geográfica, na medida que categorias utilizadas na disciplina, quais sejam: estrutura, organização e movimento, dialogam com a compreensão das práticas sociais (ARENDRT, 2016; MOREIRA, 2009) ².

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 933), “a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão poder calorífico, poder de absorção).” Já Fiori (2005), lembra que o poder enquanto prática ativa na vida social e econômica, remonta ao contexto do nascimento do sistema bancário moderno nas cidades do norte da Itália, ligado ao comércio de longa distância, à administração das dívidas do Vaticano e aos empréstimos para as guerras. Com efeito, quando a Geografia se debruça a pensar os elementos do espaço, está direcionando sua epistemologia para as relações de poder (MORAES, 1990; SANTOS, 1992). A problemática do poder surge quando os homens se relacionam no ambiente social; quando as firmas e instituições produzem normas e regras; quando o poder público articula as infraestruturas para planejar as cidades, a produção e o meio ecológico.

Como aponta Coelho Neto (2013), há um crescimento nas últimas décadas dos estudos geográficos acerca do conceito de território. Dentre as diversas visões, a análise do poder aparece como um definidor da atuação do Estado e/ou das empresas, mas entendemos que as análises do espaço e do território utilizam o conceito muito mais como noção, perpassadas nas perspectivas de dominação, conteúdo normativo e regulatório (MORAES, 1990).

Entretanto, Claude Raffestin (1993), no clássico *Por uma Geografia do Poder*, e Paul Claval (1978), no livro *Espaço e Poder*, elaboram uma discussão geográfica mais influenciada pelos estudos de Michel Foucault, avançando na compreensão

² Para Arendt (2009), a ciência política precisa se debruçar com maior rigor sobre cada uma dessas palavras no contexto de aplicação das pesquisas. No entanto, a autora concorda que todas elas lembram o conceito de poder, sendo este central para entender as práticas sociais.

dos efeitos espaciais do conceito (FUINI, 2018). De fato, a organização espacial das instituições, empresas e da sociedade é perpassada pela temática desenvolvida pelo filósofo quando há uma interface entre mecanismos de controle e práticas sociais. No entanto, os geógrafos ainda ignoram a importância dessas considerações, muitas vezes, não percebendo que tanto nos discursos quanto na organização territorial há relações de poder (MORAES, 1990).

Discutir o conceito de poder apresenta algumas dificuldades, desde a multiplicidade de definições, para um conteúdo essencialmente interdisciplinar, até à operacionalização da temática nos objetos de pesquisa (PERISSINOTTO, 2008). Dado o exposto, a intenção deste artigo é contribuir nas possibilidades de aplicação do conceito de poder nos estudos geográficos, ampliando as discussões na tentativa de valorizar a dimensão política das relações espaciais e dos discursos (geo)estratégicos. Assim, articulamos a nossa argumentação com base nos pressupostos teóricos de Foucault (2009; 2007; 2004; 1987; 1973) e de Raffestin (1993).

Na primeira parte do artigo, buscamos trazer alguns elementos da presença da problemática do poder no pensamento geográfico, trazendo a contribuição de autores clássicos sobre a importância da dimensão política do tema. Logo após, revisitamos a teoria relacional e propomos pensar a informação como um elo entre o território e a ação humana. Por fim, pretendemos valorizar o estudo dos discursos como formas de poder na pesquisa geográfica, ao entender como as instituições na sua capacidade de criar normas são produtoras de poder.

As dimensões do conceito de Poder

Para a Geografia Clássica o poder provém em última instância do Estado, desde as concepções de Ratzel ao refletir sobre os modos como a sociedade se organiza para defender o território, passando por Vidal de La Blache e Élisée Reclus, o primeiro, de forma mais tímida³, mas legitimando o colonialismo francês, e

³ Para Moraes (1990), em que pese as críticas de Vidal de La Blache pelo seu conteúdo ser muito político, ele não deixou de tratar sobre o poder, legitimando a atuação colonial francesa, mas de uma forma mais mediatizada e sutil.

o segundo, pensando o Estado como uma instituição formal que utiliza o seu poder por meio da exploração (MORAES, 1990).

No campo sociológico essa tendência metodológica também é compartilhada por Max Weber (1982) quando elaborou a ideia de que há relação de dominação de homens sobre homens, sendo o Estado àquela comunidade humana que utiliza o monopólio da violência para demarcar relações de poder. Nada surpreendente, já que esses autores desenvolviam suas pesquisas no contexto da expansão dos Estados territoriais e/ou da dimensão de uma geopolítica marcada pelo planejamento estatal e pelas guerras, seja nas economias capitalistas ou socialistas.

No entanto, em face a internacionalização da economia, e as novas tessituras de nós e redes despertas pela ascensão de diferentes agentes, a saber: corporações, organizações internacionais, fundações e bancos, é preciso ir além de uma visão reificada do Estado (SANTOS, 2013).

A despeito da importância de uma geografia pautada na questão do poder apresentar outros componentes, estamos de acordo com Castro (2005), quando pensa que toda análise política deve incorporar a forma Estado, pois é através dessa abordagem onde podemos tratar sobre como as decisões institucionais impactam o espaço. De fato, a geografia, a ciência política e a filosofia política têm articulado o conceito de poder imbricado ao Estado desde os estudos clássicos ainda no Iluminismo. Rousseau (1979 [1762]) examinava os motivos que levavam alguém nascido livre se submeter a outros. E Hobbes (2005 [1651]) pensava sobre como a condição natural da humanidade estava relacionada a ausência de um poder comum, reivindicando assim um poder soberano, isto é, o Estado (BAPTISTA, 2015).

Entretanto, as proposições de Foucault (1987) desconstruem essas formas consolidadas de pensamento apontando que este não é prerrogativa exclusiva dos governos e pode ser explicado não só pela organização do Estado, mas pela distribuição da propriedade privada (como insiste a Economia Política) e mesmo nas relações entre pessoas livres. Essa última fonte de poder tem caído no ostracismo em face das escolhas teóricas pautadas na ausência das escolhas éticas e políticas dos sujeitos (FOUCAULT, 2004). Assim, os discursos disciplinares, as formas

organizacionais e as práticas sociais, compõem a perspectiva eclética sobre o poder (CASTELLS, 2015).

A célebre frase de Yves Lacoste: “a geografia serve, antes de mais nada para fazer a guerra” reforça o seu conceito de Geografia, quando pensava que era necessário recuperar os saberes geográficos numa dimensão política para compreender a elaboração da organização dos territórios, do controle dos homens, da análise dos processos de expansão e da possibilidade de gerir estratégias. Ao mesmo tempo, o autor critica o discurso geográfico no contexto escolar e na academia, evidenciando que não há aplicação prática quando ignoramos os aspectos políticos e militares que são essenciais para a compreensão do mundo (LACOSTE, 2012). Concordando com a conceituação e incorporando novos elementos, Rogério Haesbaert (2004), destaca que o território está para além de uma perspectiva do poder político, isso porque os processos de apropriação apresentam um conteúdo mais simbólico.

Sánchez (1981) destaca que o poder se origina das próprias práticas sociais da sociedade em diferentes escalas, juntamente com a atuação das diferentes instituições, dos meios de comunicação, da sociedade civil organizada, dos sistemas jurídicos, dentre outros. Assim, o poder tem um conteúdo consubstancial à toda relação ou interação marcada pelos atores, expressa no agir político dos atores (intenções) e em um conjunto de códigos que definem a problemática relacional (RAFFESTIN, 1993). Não obstante, é tarefa geográfica analisar as intenções e finalidades dos objetos técnicos, favorecendo as possibilidades de análise da configuração espacial do mundo real (SANTOS, 2006). As formas de poder estão relacionadas ao avanço tecnológico, como bem observou o geopolítico Friedrich Ratzel ao analisar ao longo da história a capacidade econômica e política ampliada com a incorporação de novas terras cultiváveis e de jazidas de petróleo (ALBUQUERQUE, 2011).

A influência de Ratzel para a geografia política perfaz um campo de análise onde a defesa dos ganhos territoriais e materiais relativos ao poder do Estado, a proteção do território e a expansão além-fronteira tornam-se temas de reflexão. Assim, compreender a guerra, os aspectos naturais e as relações institucionais em

seus limites e potencialidades, foi um segmento que este geógrafo dominava (SANTIAGO, 2014). Malgrado às diferentes formas de inviabilizar o seu pensamento na ciência geográfica, como por exemplo as acusações injustas de que o autor seria determinista⁴ e serviçal de governos expansionistas, o autor sustenta um trabalho interdisciplinar, na medida que pensava em questões essenciais nas ciências humanas, além de ser um crítico das histórias universais que não abarcavam todos os povos conhecidos (MORAES, 1990).

A visão expansionista descrita pelo autor como “apetite territorial” e “espaço vital”, marcada pelo aumento da projeção do Estado, é uma análise do próprio momento em que a Europa vivia no século XIX com a consolidação dos Estados nacionais, as diversas disputas territoriais, além do momento cientificista onde prevaleciam especificidades filosóficas, caso das concepções hegelianas e da linguagem biológica, com as proposições evolucionistas de Charles Darwin, que influenciavam a linguagem acadêmica da época.⁵

Destarte, Ratzel foi quem pioneiramente compreendeu a importância do território e do poder nas instituições políticas, demonstrando que o Estado é uma realidade humana que só se apresenta de maneira completa sobre o solo, indicando uma reflexão necessária, qual a busca por um sentido geográfico do poder (CASTRO, 2005).

Revisitando a cena do poder e o lugar das relações em Claude Raffestin: aludindo à uma proposta de método

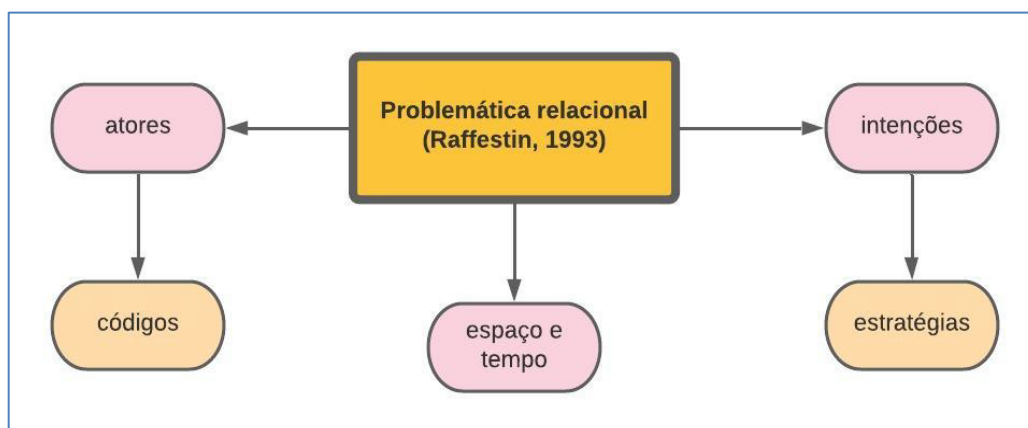
Como aponta Castro (2005), um fato político se insere nas preocupações elementares da geografia no momento em que se faz necessário compreender a atuação das instituições e dos sujeitos nos processos de representatividade. À luz de uma perspectiva territorial ancorada na política, Raffestin (1993) insere sua teoria

⁴ Conforme Moraes (1990), não há como colocar Ratzel no mesmo rol de autores deterministas, incluindo alguns de seus discípulos que apressadamente se utilizaram de ações imediatas e especulativas para pensar as relações entre os homens e as questões naturais. Ainda segundo o autor, suas análises são mais cuidadosas e mediatizadas.

⁵ Como, por exemplo, o termo “organismo biológico”, utilizado por Ratzel para fazer uma analogia entre o Estado e uma planta em crescimento (ALBUQUERQUE, 2011).

na questão relacional inerente a um território compreendido enquanto campo da ação dos trunfos⁶, na medida em que permite o surgimento do poder. De fato, a problemática relacional trabalhada pelo autor permite o entendimento da política dos atores e das relações de sintonia ou desarmonia com o Estado. A rigor, trata-se das ações de todas as instituições que operacionalizam o seu agir baseadas no querer existir, saber existir e poder existir.

Figura 1. Problemática relacional em Claude Raffestin



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Inicialmente é importante destacar que toda organização apresenta finalidades, compondo um campo de estratégias⁷; estas se valem da manipulação dos fluxos, isto é, energia e informação, construídas a partir dos processos de acumulação, combinação e circulação. Então, diante dessa teoria, as organizações se apresentam simples se quiserem apenas produzir uma coisa ou um objetivo, e são complexas se tiverem intenções de ampliação com base em diversos objetivos e produção de muitas coisas (RAFFESTIN, 1993).

As relações sociais vistas sob essa perspectiva teórica são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais. Além disso, os códigos são essenciais na relação, eles são os responsáveis por produzir as articulações

⁶ Para Raffestin (1993), o território é o espaço político por excelência e se traduz em um campo de ação dos trunfos. Nesse sentido, as organizações podem exercer controle, prever situações, ter acesso a informações e neutralizar os perigos que possam impedir a sua expansão.

⁷ A propósito, Milton Santos (2006) argumenta que tudo tende a ser objeto, quando na utilização pelos homens há um conjunto de intenções sociais.

econômicas e sociais através das mensagens que são disseminadas. A questão do espaço e do tempo é considerada como um suporte, um recurso, que só pode ser trabalhado em conjunto para refletir os processos estratégicos de cada organização, sendo o poder a parte intrínseca de toda relação (RAFFESTIN, 1993).

Ainda segundo o autor, os atores coletivos são responsáveis por realizar um programa e se apresentam como sintagmáticos e paradigmáticos. Assim, o ator sintagmático (Estado, família partidos, empresas, igrejas) integra através de estratégias a elaboração de um conjunto de normas. Já os sintagmáticos se manifestam com a ideia de processo e de articulações.

O exercício de uma atividade econômica, social ou política está pautado nos processos informacionais que esses atores sintagmáticos realizam, ainda mais na atualidade onde o mundo está marcado pela fluidez e competitividade com novos signos e tecnologias. Nesse sentido, as organizações, dentro das suas intenções, compõem um campo de estratégias bem orientadas que objetivam alcançar trunfos suplementares: a população, o território e os recursos (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2013). Não é do nosso interesse listar todas as organizações produtoras de informação. Aqui, pretende-se apenas mencionar dentro de uma proposta metodológica, alguns caminhos de análise, sendo a informação um dos problemas que nos envolve geograficamente, revelando ações de poder.

Quadro 1. Tipologia das organizações produtoras de informação

Organizações	Finalidades
Grandes corporações	Monopólio, domínio do dinheiro, produção, circulação, relações com o Estado.
Estado	Infraestruturas, recenseamento, normas, cooperação
Mídia	Discursos, legitimação das empresas
Centros de pesquisa	Aumento da produção, inovação
Agências de publicidade	Visibilidade das empresas, estimulação do consumo
Bancos	Crédito, informação, consumo

Fonte: elaborado pelo autor, 2021

Conforme o Quadro 1, os sistemas produtivos contemporâneos dependem de conhecimentos estratégicos advindo das técnicas informacionais, algo válido sobretudo às corporações globais hegemônicas - que atuam com proeminência no território - por conta da capacidade de investimento, fruto da circulação do dinheiro (SILVA, 2001). A finalidade dessas corporações é maximizar o lucro, diminuir a competitividade e ter acesso ao Estado para se beneficiar das infraestruturas criadas por ele (MANN, 2005).

O Estado-nação não desapareceu mesmo com o avanço da globalização. Ele é cada vez mais essencial à reprodução da lógica organizacional das empresas, na formulação de normas que regem o agir dos sujeitos e na cooperação para o desenvolvimento por meio de diversos acordos (CASTRO, 2005).

A mídia como produtora de discursos possui estratégias de persuasão para atingir os seus interesses, desde os noticiários que divulgam um conteúdo pautado pelas grandes agências, até as redes sociais onde o interesse não é o encontro das pessoas para criação de amizades e sim a criação e modificação de significados. Diante dos processos de individualidade causados pela modernidade, a mídia compõe uma finalidade ideológica e econômica, sendo importante fonte de poder (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993).

Os centros de pesquisa também são organizações produtoras de informação, na medida em que os conhecimentos técnicos possibilitam uma operacionalização dos dados, indicam tendências, antecipam fenômenos. Essas pesquisas são feitas em grandes universidades e instituições do Estado (SANTOS e SILVEIRA, 2010), e quando com viés geográfico, configuram poder, já que os mapas, por exemplo, não são apenas levantamentos fortuitos, mas carregam uma série de juízos de valor quando pretendem estruturar o mundo socialmente construído (HARLEY, 2009).

A publicidade amplia os desejos e as vontades dos sujeitos. A maioria das empresas se utilizam da produção de imagens para atrair consumidores. Essas estratégias envolvem pesquisa de mercado, e devem dialogar com a época, com os regionalismos e com os níveis de renda de uma dada sociedade. Assim, a publicidade atua como uma mediação entre as dimensões política, econômica e

cultural, fazendo parte do processo produtivo e gerando a visibilidade das empresas (ANTAGIOVANNI, 2017).

Os bancos participam das relações de poder quando diante do conjunto de dados que possuem podem gerenciar o crédito, vender seguros e estimular o desenvolvimento. As grandes nações, a exemplo dos Estados Unidos, também reforçam a manutenção do seu poder através das finanças, já que a maioria das transações ainda são em dólares, permitindo uma recomposição das crises e uma capacidade de investimento (FIORI, 2007).

Por uma Geografia do discurso enquanto prática de poder

Em princípio, podemos relacionar os discursos como amplificadores dos interesses das instituições, que têm como objetivo disciplinar, educar e formar. Ainda, os discursos revelam dentro de sua estrutura práticas sociais e intencionalidades (CASTRO, 2005). No dizer de Castells (2015), as instituições são reveladoras das ações dos atores humanos. Essas concepções compõem uma ideia de que as instituições passam a ser vistas como fontes da verdade, gerando uma valorização na sociedade. Assim, há princípios reguladores para a análise dos discursos, quais sejam: a noção de acontecimentos, a de série, a de regularidade e a de condição de possibilidade (FOUCAULT, 2009).

A publicação na década de 1960 do livro *As palavras e as Coisas*, de Foucault, é considerado um marco nas ciências humanas, na medida em que o discurso (as palavras) é analisado para além de um saber constituído, focado nas práticas institucionais e dos indivíduos. De maneira geral, o autor coloca os discursos no centro das preocupações para o entendimento das relações de poder. Assim, as palavras concentrariam força e antecipariam o agir dos homens (FOUCAULT, 1973).

É de comum acordo entre os filósofos destacar os discursos como a chave para a compreensão das atitudes e expressões políticas e culturais. Desde Aristóteles (2012 [389 A.C]) quando propôs “os quatro discursos”, a saber: o poético, o retórico, o dialético e o analítico, até Habermas, quando pensava que a linguagem coordena a ação, de fato, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas

ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Assim, a produção do discurso é selecionada, organizada e apresenta procedimentos específicos que se convencionam, participam da vida coletiva e induzem os homens no seu agir. Essas falas, marcadas, muitas vezes, por um conteúdo violento, estão impregnadas na religião, na política, nos sistemas judiciários e educacionais (FOUCAULT, 2009). Nesse sentido, Habermas (1992) pensa os discursos como aporte para o entendimento dos indivíduos, isto é, nas suas estratégias, que podem ser positivas, quando elaboradas na perspectiva da valorização da democracia, ou negativas, quando há imposição por meio de um discurso excludente. Na ação comunicativa, os atores interagem entre si, por meio dos discursos; havendo, intrinsecamente, uma possibilidade na teoria do autor, de que os diálogos entre os diferentes favoreçam a pacificação.

Para Santos (2006, p. 87), “objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso.” Para o autor é possível explicar as formas de fazer a partir dos sistemas técnicos, quando estes estão carregados de diferentes maneiras de informação e discurso. Assim, práticas cotidianas de diversos atores evidenciam um poder e a capacidade de influência legítimos, gerando aceitação e reunindo agrupamentos em torno de interesses em comum.

A contribuição dos estudos de Foucault acerca do poder se insere num conjunto de preocupações essenciais para a geografia, tais como: quais são os fatos? Por que os objetos estão localizados em uma dada posição? Quem são os agentes que comandam o dinheiro, a circulação e a produção? (GOMES, 2013). Essas problemáticas direcionam a busca metodológica que relaciona os destaques, a visibilidade e os sentidos do agir dos homens. O mundo, tal como se apresenta, têm revelado marcas de poder por meio das organizações que desenvolvem estratégias e constroem redes; atores que dispõem de informações, por vezes, privilegiadas no tempo e no espaço.

Não obstante, o poder normativo do Estado viabiliza diversas formas de controle, seja na tirania como a experiência de diversos países ditatoriais, ou mesmo nos democráticos, quando a escolha é pela facilitação à ação das grandes corporações ou na burocracia que invade e dirige as esferas econômicas, políticas e financeiras (FAORO, 2001). No entanto, o poder não emana apenas das formas organizacionais consolidadas, mas das relações entre os sujeitos (RAFFESTIN, 1993). Assim, argumentamos que as diversas formas de controle e dominação são legitimadas pela população, de tal maneira que há uma cristalização em setores da sociedade de que o autoritarismo se justificaria diante da maior racionalidade no uso dos recursos e, por conseguinte, no aumento da riqueza⁸. De fato, posturas discursivas compõem o quadro do poder, já que são elaboradas diversas formas de dizer, tanto no sentido de defender a manutenção de determinada instituição, ou mesmo criar outros movimentos que nas suas finalidades buscam ascender e influenciar as mentalidades da sociedade.

Considerações finais

As possibilidades de análise geográfica tendo o poder como conceito definidor das relações sociais e espaciais são inúmeras. Esperamos ter demonstrado ao longo deste texto que os conceitos e categorias necessários à operacionalização de uma pesquisa geográfica, a saber: espaço, território, região, paisagem, não são inviabilizados ao resgatar o poder numa proposta metodológica.

O poder está intrínseco a todos os conceitos e categorias geográficas, e reforçam o potencial transdisciplinar do conceito. Com efeito, temas como a sociedade de controle que busca sempre mais segurança sob a ótica da vigilância por meio das câmeras nas cidades e dos aplicativos que fornecem o mapeamento das ruas para auxílio no trânsito, mas que também servem ao controle da oposição por parte de governos tirânicos, a geração frenética diária de novos conteúdos informacionais pelos *mass media* a análise das instituições religiosas neopentecostais e da sua representação política no parlamento brasileiro, são

⁸ Arendt (1998) estudou a origem do mal na sociedade alemã durante a ascensão do nazismo, quando o discurso totalitário reportava ao sentimento de solidão de um povo como consequência de processos violentos e excludentes vindos de fora.

exemplos de temas que se apresentam com potencial para a análise geográfica perpassada pelo conceito de poder.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu. Silvestre. **Uma breve história da Geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

ANTONGIOVANNI, Lídia. Território e informação: a publicidade como elemento constitutivo do Meio-Técnico, Científico e Informacional. In: SOUZA, M. A. (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Arapiraca: EDUNEAL, 2017, p. 193-200.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

BAPTISTA, Ligia. Pavan. O paradoxo da origem do poder político em Rousseau. **Trans/formação**, Marília, v. 38, p. 111-120, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Território escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **Geographia**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 01-30, 2013.

DEFLEUR, Melvin L; ROKEACH, Sandra Ball. **Teorias da comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Sobre o poder global. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 61-72, nov. 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1973.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e poder em Michel Foucault: propondo um diálogo com a geografia. **Geografares**, Vitória, p. 63-84, out./dez. 2018.

GOMES, Paulo César Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Revista Franco Brasileira de Geografia, Confins, v. 5, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Rideel, 2005.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2012.

MANN, Michel. **The sources of social power: a history of power from the beginning to A. D. 1760**. Cambridge: Cambridge University, 2005. (v.1).

MORAES, Antônio Carlos. Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Geographia**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 01-18, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo 1: o Estado como organismo ligado ao solo. **GEOUSP: Espaço e tempo**, São Paulo, v. 15, p. 51-58, 2011.

RECLUS,Élisée. **O Estado moderno**. São Paulo: Imaginário/expressão e Arte, 2010.

ROUSSEAU, JeanJacques. **O poder: uma nova análise social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANCHEZ, Joan Eugeni. **La geografía y el espacio social del poder**. Barcelona: Los Libros de La Frontera, 1981.

SANTIAGO, João Phelipe. A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do território, 2014. Rio de Janeiro**. Porto Alegre:Letra 1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p.159-170.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Adriana. Maria. Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Recebido em 29.04.2021.
Publicado em 01.07.2021.